

Problemas para visualizar a mensagem? [Acesse este link.](#)



 Informativo eletrônico

Ano IV | Nº. 171 | Quinta-feira, 11 de julho de 2019

Olá! Segue mais uma edição de nosso *Cejur notícias*. Destacamos a primeira Seção deste informativo, com os Editais do Cejur para Seminário IBCCrim e 2 cursos de pós-graduação, além do prazo limite de envio de trabalhos para a Revista DPRJ nº 29. Uma boa leitura a todas e todos!

INTERNAS

Cejur oferece quatro vagas para seminário no IBCCrim, inscrições até o dia 14/07



O Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim) sediará, entre os dias 27 e 30 de agosto, em São Paulo, o 25º Seminário Internacional de Ciências Criminais. O Centro de Estudos Jurídicos custeará as passagens aéreas de ida e volta, e também as taxas de inscrição de três defensores (as) e um (a) servidor (a). Para concorrer a uma vaga, segundo o Edital nº 8, basta fazer a inscrição pela plataforma do Programa de Educação Continuada, até este domingo (14/07). Para ver a programação do evento, clique [aqui](#). Para ver o edital, clique [aqui](#).

Pós-graduação “Crianças, adolescentes e família – novos olhares e novas estratégias” – inscrições até 15/7

O Centro de Estudos Jurídicos da DPRJ oferece 3 (três) vagas para defensores(as) e servidores(as) da Defensoria Pública, no curso de pós-graduação “Crianças, adolescentes e família – novos olhares e novas estratégias”, promovido pelo Instituto de Educação e Pesquisa do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Com duração aproximada de 18 meses e aula inaugural prevista para 12/08/2019, o curso terá aulas às segundas-feiras e sextas-feiras das 9h às 12h, sendo algumas aulas até às 13h. As aulas serão ministradas na Femperj – Avenida Almirante Barroso, 90, 4º andar. É preciso atenção ao



prazo de inscrição, a ser feita pela plataforma do Programa de Educação Continuada: **até dia 15/07, próxima segunda**. Para ver o conteúdo do curso, clique [aqui](#). Para ver o edital, clique [aqui](#).

Pós-graduação em direitos humanos promovido pela PUC-Rio e IEP

Duas vagas são oferecidas a defensoras e defensores, servidoras e servidores da DPRJ, através do Edital/Cejur nº 10, no **Curso de pós-graduação em direitos humanos**, promovido pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em parceria com o Instituto de Educação e Pesquisa do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Com duração aproximada de 18 meses e aula inaugural prevista para 12/08/2019, o curso terá aulas às segundas-feiras e sextas-feiras das 9h às 12h, sendo algumas aulas até às 13h. As aulas serão ministradas na Femperj – Avenida Almirante



Barroso, 90, 4º andar. As **inscrições** deverão ser feitas pela plataforma do Programa de Educação Continuada, **até o próximo dia 22**. O edital pode ser visto [aqui](#).

Trabalhos para a Revista DPRJ nº 29, últimos dias para envio

Até 15/07, próxima segunda, está aberto o prazo para envio, por e-mail, dos trabalhos para publicação na Revista de Direito da Defensoria Pública nº 29. Além de artigos doutrinários e peças processuais, pessoas interessadas também podem submeter estudos empíricos para avaliação. É preciso observar as diretrizes estabelecidas no Edital, que pode ser visto clicando [aqui](#).



Celebração do Orgulho LGBTI - Conquistas e desafios após os 50 anos de Stonewall



Na sexta-feira, 12/7, vai acontecer a roda de conversa com representantes da comunidade LGBTI+ das 14h às 18h, no auditório do 2º andar da sede da Defensoria Pública. O evento visa debater os desafios e conquistas do movimento LGBTI+ 50 anos após a revolta de StoneWall, que aconteceu no dia 28 de junho de 1969 e se tornou o marco inicial da luta pelos direitos da população LGBTI+.

Roda de Conversa sobre Justiça Restaurativa nas Comunidades

Vai acontecer no dia 15 de julho, às 10h, na sala 2 da Fesudeperj a roda de conversa com a pesquisadora Mayara Carvalho sobre os impactos da violência nas comunidades periféricas das grandes cidades brasileiras e formas alternativas de tratamento de conflitos e traumas. Na ocasião será apresentada a experiência que levou a publicação da tese de doutorado da pesquisadora, e o debate sobre as possibilidades e perspectivas de enfrentamento das questões que envolvem a violência urbana.



Direitos Humanos na saúde, inscrições até 15/07

O curso de extensão “Abordagem dos Direitos Humanos na saúde”, promovido pelo Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da UFRJ, em parceria com a Coordenadoria da Tutela Coletiva em Saúde da DPRJ, será ministrado na Fesudeperj, durante sextas-feiras do mês de agosto (dias 02, 09, 16 e 23), no turno da manhã e da tarde. O curso destina-se aos profissionais de saúde pública, jurídicos e de áreas afins que atuam com o tema. As inscrições deverão ser realizadas até 15/07, através do site que pode ser acessado clicando [aqui](#).

Cejur realizou sorteio para vagas de capacitação em Direito das Famílias e Sucessões



Jamile Dimas Pereira.

O Edital nº 6/2019 ofereceu cinco vagas no curso de pós-graduação em direito das famílias e sucessões, promovido pela Universidade Cândido Mendes, em parceria com a Fesudeperj. Em sorteio realizado nas dependências do Cejur, com a presença de representante da Corregedoria, foram contempladas as defensoras Ana Fabíula Gonzalez Navia Pires da Silva e Maria Alice de Oliveira Fonseca, e o defensor Geraldo Cavalcante de Albuquerque. Para as duas outras vagas foram contempladas as servidoras Andreia Fernandes e

Edital nº 7/2019 do Cejur já tem os nomes dos contemplados

Já está em andamento o Curso de formação em mediação familiar emancipadora e responsável, promovido pelo Instituto de Mediação e Arbitragem de Portugal - IMAP, em parceria com a Fesudeperj. Os sorteados para as vagas oferecidas foram a defensora Giselle Beran Medella D'Almeida e o servidor Leonardo Quintão Fernandes.

ACONTECEU

Campanha contra o Pacote Anticrime é lançada no Rio, na sede da DPRJ

Representantes de diversas entidades que apoiam a campanha “**Pacote Anticrime: Uma solução Fake**” estiveram reunidos, no auditório Defensor Público Silvio Roberto Mello Moraes, no 2º andar da sede da DPRJ, no último dia 2. Apresentados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, os projetos de Lei 882 e 1.864, de 2019, em tramitação na Câmara e no Senado, respectivamente, preveem uma série de medidas inconstitucionais, que podem inviabilizar a defesa no processo penal. Estiveram presentes, ainda, juristas e representantes da sociedade civil, assim como vítimas de violência. Saiba mais sobre o evento, clicando [aqui](#).

**PACOTE
ANTICRIME
UMA SOLUÇÃO
FAKE**

DOCTRINA DINÂMICA

Cobrar tornazeleira de preso é como cobrar corda do enforcado, por Lenio Luiz Streck e Jorge Bheron Rocha

O artigo de Jorge Bheron Rocha, defensor público do Estado do Ceará, e do jurista Lenio Streck, alerta para a inconstitucionalidade de lei cearense que, segundo eles, “ tem a finalidade confessada de implantar e regulamentar a cobrança pela cessão e uso de tornazeleira eletrônica”. Surpresos com o texto legal, destrincham dois pontos que afrontam a ordem normativa: A usurpação da competência



da União e o incentivo ao cometimento do crime de abuso de autoridade por agentes públicos. Em razão disto, sugerem aos magistrados cearenses que declarem a inconstitucionalidade incidental da lei, até que tal reconhecimento se dê em controle concentrado. **Trecho:** “Atenção magistrados cearenses, não permitam a violação da Constituição, não permitam a usurpação de sua competência, não permitam a dilação ilegal da prisão, não permitam a sangria nos cofres públicos, exarem suas decisões de concessão de liberdade, e deixem bem claro que a ordem de soltura deve ser cumprida imediatamente

independentemente de assinatura de termo de cessão, de comprovação de pagamento ou de decisão de requerimento de isenção”. Para entender melhor os argumentos dos autores, no trabalho publicado no site Consultor Jurídico, em 27/05/2019, clique [aqui](#).

NOVAS AQUISIÇÕES DA BIBLIOTECA

Manual de Direito do Consumidor por Fabio Schwartz

Excelente obra jurídica, de autoria do defensor/RJ, Fabio Schwartz, já está disponível para consulta na biblioteca da sede da DPRJ, localizada no 3º andar da Av. Marechal Câmara, 314. A obra *Manual de Direito do Consumidor*, prefaciado por Claudia Lima Marques, é um rico trabalho sobre as mais recentes controvérsias em matéria consumerista. No final do livro, estão disponíveis, ainda, modelos de petições

para quem se interessar. Consulte!



Programa de Educação Continuada

Defensores, servidores e estagiários podem acessar o programa pelo site da Defensoria ou pelo endereço www.pec.defensoria.rj.def.br.

NOVIDADES EM EAD



Curso sobre A Lei Geral de Proteção de Dados - evento realizado pela Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo em 14/06. Veja a programação clicando [aqui](#).

Defensoras Públicas na Roda: A Defensoria Pública e o Acesso à Saúde da Mulher- evento ocorrido no dia 31/05, no auditório da DPRJ, em defesa da garantia dos direitos das mulheres, tratou de diversos pontos de interesse feminino, entre os temas, o da laqueadura como decisão da mulher, e a atuação da DP na ADPF 442.



III Premio Eliete Silva Jardim – a apresentação das práticas exitosas e atuações estratégicas ocorreu no dia 26/04, na Fesudeperj.

NOVIDADES LEGISLATIVAS

União

Lei nº 13.845, de 18/06/2019 – Altera o inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para garantir vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. Para ver a lei, clique [aqui](#).

Lei nº 13.836, de 04/06/2019 - Acrescenta dispositivo ao art. 12 da Lei nº 11.340, de 2006, para tornar obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar. Para ver a lei, clique [aqui](#).

Lei nº 13.835, de 04/06/2019 - Assegura às pessoas com deficiência visual o direito de receber cartões de crédito e de movimentação de contas bancárias com as informações vertidas em caracteres de identificação tátil em braile. Para acessar a lei, clique [aqui](#).

Lei nº 13.827, de 13/05/2019 - Altera a Lei nº 11.340, de 2006 (Lei Maria da Penha), para autorizar, nas hipóteses que especifica, a aplicação de medida protetiva de urgência, pela autoridade judicial ou policial, à mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou a seus dependentes, e para determinar o registro da medida protetiva de urgência em banco de dados mantido pelo Conselho Nacional de Justiça. Para ver a lei, clique [aqui](#).

Estado do RJ

Lei nº 8437, de 03/07/2019 - Dispõe sobre o direito de os pais ou responsáveis terem ciência do processo pedagógico e participarem da definição de propostas educacionais, em consonância com o parágrafo único do art. 53, da lei nº 8.069/1990, e do art. 307 da Constituição Estadual do RJ. Para ver a lei, clique [aqui](#).

Lei nº 8435, de 01/07/2019 - Altera a lei nº 4102, de 05 de maio de 2003 (que determina procedimentos para a realização de cirurgia plástica reparadora da mama nos casos que menciona e dá outras providências), estabelecendo que ficam as unidades de saúde públicas, e conveniadas com o SUS, em funcionamento no Estado do RJ, obrigadas a efetuar a cirurgia plástica reconstrutiva e micropigmentação das auréolas e mamilos, nas mulheres que sofrerem mutilação total ou parcial de mama, decorrente de utilização de técnica de tratamento de câncer. Para ver a lei, clique [aqui](#).

Lei nº 8434, de 01/07/2019 - Autoriza a instituição de gratuidade na obtenção da segunda via da carteira de identidade para idosos e pessoas com deficiência. Para acessar a lei, clique [aqui](#).

Lei nº 8414 – Altera o artigo 1º da Lei nº 5.059, de 5/07/2007, determinando que os processos e procedimentos administrativos, no âmbito da administração direta e indireta, que tenham como parte ou interveniente pessoa com idade superior a sessenta anos, pessoa com deficiência ou em tratamento de grave enfermidade, terão prioridade de tramitação em todas as instâncias. Para ver a lei, clique [aqui](#).

Lei nº 8411, de 05/06/2019 - Dispõe sobre a regulamentação dos internos nos sistemas prisionais do Estado do RJ, autorizando a qualquer interno, quando posto em liberdade, efetuar ligação telefônica do setor de administração ou de classificação para pessoa de sua escolha, com o fim de comunicar a sua saída do presídio. O mesmo expediente deverá ser estabelecido quando ocorrer o ingresso no sistema prisional ou após a transferência de qualquer interno entre as unidades do sistema prisional. Para acessar a lei, clique [aqui](#).

PORTUGUÊS EM FORMA

Hífen em palavras compostas



O Instituto Euclides da Cunha mostra que o programa “bolsa-família” foi instituído sem a observância da grafia adequada, em nítido desacordo com as regras da nossa língua. Através deste exemplo, o site traz várias palavras que seguem a mesma regra de Português, a saber: os substantivos, como regra, não são usados lado a lado sem alguma forma de integração. Para fazer a conexão dos substantivos, utilizamos preposições ou hífen. Isto ocorre com várias palavras, como, por exemplo: vale-transporte, auxílio-funeral, licença-paternidade, seguro-desemprego. Para ver a lição, clique

[aqui](#).



Espaço cultural

Desmontando Bonecas Quebradas, peça teatral no CCJF

Refletindo sobre feminicídio, a peça, que já foi apresentada na Inglaterra e na Itália, e tem a direção de Ysmaille Ferreira, está até o próximo dia 21/07 no Centro Cultural da Justiça Federal, com sessões às 19hs. Inspirada em fatos reais, já foi apresentada em Londres (Latin American House/ 2018) e na Itália, nas cidades de Nápoles, Rende e Roma (VAT, Cine-Teatro Santa Chiara e Suite Mondrian/ 2018). Desmontando Bonecas Quebradas entrelaça momentos de poesia com notícias da vida real a partir dos acontecimentos de Ciudad Juarez, no México. Desde 1993, contabilizam-se na região milhares de assassinatos de mulheres sem a devida punição. Uma situação sem precedentes, que levou, pela primeira vez na História, à condenação de um país – o México – na Corte Interamericana de Direitos Humanos, em 2009.



Para saber sobre a localização e ingressos, clique [aqui](#).

Colabore com o “CEJUR Notícias”

Para colaborar com o nosso informativo envie críticas, sugestões e conteúdos para cejur.dpge@gmail.com Muito importante sua participação!

**Este informativo foi produzido pelo Centro de Estudos Jurídicos da
Defensoria Pública do Rio de Janeiro**

Diretor-Geral do Cejur:
José Augusto Garcia de Sousa

Diretora de Capacitação do CEJUR:
Adriana Silva de Britto

Servidora Técnica Superior Jurídico:
Roberta Bacha de Almeida

Projeto gráfico:
Assessoria de Comunicação da DPRJ